PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Divisão Interprofissional Forense e CEJAI
Secretaria Interprofissional Forense

Manual de Assessoramento Técnico-Pericial

Referências para Equipes Interprofissionais Forenses e Peritos(as) Externos(as)

Pedagogia, Psicologia e Serviço Social

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA
Desembargador Marcus da Costa Ferreira

JUÍZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Vanessa Estrela Gertrudes

COORDENAÇÃO GERAL
DIRETORA DA DIVISÃO INTERPROFISSIONAL FORENSE
Verônica Freire Alves

COORDENAÇÃO TÉCNICA
SECRETÁRIA INTERPROFISSIONAL FORENSE
Cyntia Aparecida de Araújo Bernardes

ELABORAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA
Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 040/2025
Cyntia Aparecida de Araújo Bernardes, Tatiana Ribeiro Freire Franco, Lúcia Mara de Oliveira Bispo Miguel, Patrícia Lena Fiorin, Isadora Taveira Rassi Miguel, Gustavo Wendel de Andrade Rodrigues, Fernanda Silva Martins, Pablo Franklin da Silva Balero, Vanessa Anjo dos Santos, Hellen Kelly Melo Alcântara, Amanda Cardoso da Silva, Ana Paula Gonçalves, Jairan Oliveira dos Santos, Rodrigo Rosa de Souza, Pollyanna Maria de Oliveira, Milene Figueredo Pereira, Claudiana Cássia de Paiva e Carolina Cássia Silva Oliveira.

COLABORAÇÃO TÉCNICA NA INCORPORAÇÃO DAS PERSPECTIVAS DE GÊNERO E RAÇA
Ana Paula Gonçalves, Carolina Cássia Silva Oliveira, Cláudio Henrique Pedrosa e Dorivânia Amaral de Oliveira e Verônica Freire Alves

REVISÃO LINGUÍSTICA
Gláucia Alves de Mendonça Ferreira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
DIVISÃO DE IMPRESSÃO DIGITAL E GRÁFICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
DIRETOR DA DIVISÃO DE IMPRESSÃO DIGITAL E GRÁFICA DO TJGO
Alessandro Miguel silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G615m Goiás. Tribunal de Justiça. Corregedoria-Geral da Justiça.
Manual de Assessoramento Técnico-Pericial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás: Referenciais para Equipes Interprofissionais Forenses e Peritos(as) Externos - Pedagogia, Psicologia e Serviço Social / Divisão Interprofissional Forense, Equipes Interprofissionais Forenses; Verônica Freire Alves (coord.), Cyntia A. de Araújo Bernardes (coord. técnica) – 2. ed. rev. ampl. – Goiânia: TJGO, 2026.

50 p. il. color.

ISBN 978-65-02-43309-6
ISBN-e 978-65-02-43313-3

1. Manual. 2. Assessoramento técnico. 3. Perícia. 4. Equipes Interprofissionais Forenses. I. Título.
CDD 340
CDDir 341.4648

APRESENTAÇÃO.. 7

1 AS EQUIPES INTERPROFISSIONAIS DO TJGO....11
1.1 Diferenciação entre a atuação das equipes técnicas do Poder Judiciário e das equipes técnicas do Poder Executivo....11
1.2 Dos fundamentos técnicos, éticos e normativos 13

2 AS AVALIAÇÕES PERICIAIS DAS EQUIPES INTERPROFISSIONAIS 17
2.1 Perspectiva interseccional e referenciais transversais da avaliação técnica....18
2.1.1 Aspectos reflexivos para avaliações técnicas na perspectiva de gênero....20
2.1.2 Aspectos reflexivos para avaliações técnicas na perspectiva racial....22
2.1.3 Aspectos reflexivos para avaliações técnicas voltadas à Primeira Infância....26
2.1.4 Aspectos reflexivos para avaliações técnicas que envolvem pessoas com deficiência....28

3 INDICADORES GERAIS DE ANÁLISE NAS PERÍCIAS 31
3.1 INFÂNCIA E JUVENTUDE 31
3.1.1 Guarda ou tutela....31
3.1.2 Perda ou suspensão do poder familiar....32
3.1.3 Acolhimento institucional ou colocação em família substituta....32
3.1.4 Habilitação para adoção....33
3.1.5 Adoção....33
3.1.6 Desacolhimento institucional....34
3.1.7 Entrega voluntária para adoção....34
3.1.8 Fiscalização do serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes....35
3.1.9 Medida protetiva....35
3.2 FAMÍLIA 36
3.2.1 Guarda e regulamentação de visitas 36
3.2.2 Alienação parental....37
3.2.3 Reconhecimento ou negatórias de paternidade 37
3.2.4 Curatela....38
3.3 CRIMINAL....38
3.3.1 Violência contra criança ou adolescente....38
3.3.2 Violência doméstica e familiar contra a mulher....39
3.3.3 Avaliação de risco para os dependentes no contexto da violência doméstica contra a mulher....39
3.3.4 Violência contra pessoa idosa....40
3.3.5 Violência contra pessoas com deficiências 40

CONSIDERAÇÕES FINAIS 42
REFERÊNCIAS 45

Apresentação



APRESENTAÇÃO

Este Manual resulta de um esforço institucional e coletivo coordenado pela Divisão Interprofissional Forense da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (DIF/CGJ), com o propósito de sistematizar referenciais para o assessoramento técnico especializado prestado à atividade jurisdicional.

Sua primeira edição, institucionalizada pela Portaria nº 97/2022, constituiu importante marco para a organização dos conhecimentos, práticas e parâmetros de atuação das Equipes Interprofissionais Forenses do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Desde então, alterações normativas e institucionais modificaram o contexto de realização das perícias e tornaram necessária a revisão do documento.

Entre essas alterações, destaca-se o Decreto Judiciário nº 556/2023, que passou a disciplinar a nomeação de profissionais da Psicologia e do Serviço Social, cadastrados no Banco de Peritos da Corregedoria-Geral da Justiça, para a realização de perícias judiciais, em caráter subsidiário à atuação das equipes do Tribunal, nas hipóteses previstas na regulamentação aplicável. Posteriormente, a Resolução CNJ nº 667/2025 estabeleceu diretrizes nacionais para as Equipes Técnicas Multiprofissionais e reafirmou a prioridade da atuação dos profissionais integrantes do quadro próprio dos tribunais, com a possibilidade de participação subsidiária de peritas e peritos externos.

Diante desse novo cenário, a Portaria nº 040/2025 instituiu Grupo de Trabalho composto por profissionais da Psicologia, do Serviço Social e da Pedagogia, com representação das diferentes regiões judiciárias do Estado, para a revisão do Manual. O trabalho compreendeu a atualização dos referenciais técnicos e normativos, a revisão dos indicadores de análise e a incorporação de novas perspectivas aplicáveis às avaliações realizadas no contexto judicial.

As demandas submetidas ao Poder Judiciário frequentemente envolvem aspectos psicológicos, sociais, pedagógicos, familiares e relacionais cuja compreensão exige conhecimentos especializados que ultrapassam o campo jurídico. Nesse contexto, o assessoramento técnico subsidia a atividade jurisdicional por meio de análises fundamentadas nos referenciais teóricos, metodológicos e éticos próprios da Psicologia, do Serviço Social e da Pedagogia.

No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, esse assessoramento é prestado prioritariamente pelas Equipes Técnicas Multiprofissionais, atualmente denominadas Equipes Interprofissionais Forenses, compostas por profissionais da Psicologia, do Serviço Social e da Pedagogia. Nas hipóteses previstas na regulamentação aplicável, também pode ser realizado, em caráter subsidiário e complementar, por peritas e peritos externos.

A avaliação pericial constitui atividade técnico-científica inserida na instrução processual e voltada à produção de conhecimento especializado sobre questões relevantes para a apreciação judicial. A delimitação de seu objeto e a definição dos procedimentos metodológicos decorrem da natureza da demanda e das atribuições próprias de cada área profissional. Entre os recursos possíveis estão entrevistas, observações técnicas, visitas domiciliares e institucionais, análise documental, interlocução com serviços da rede e instrumentos reconhecidos pelos respectivos campos de conhecimento.

O Manual organiza referenciais para essa atuação e para a interlocução entre os campos técnico e jurídico. Nesse sentido, apresenta a natureza, as atribuições e os limites do assessoramento técnico-pericial e o distingue das atividades de acompanhamento, proteção e execução de políticas públicas desenvolvidas pelos serviços da rede de atendimento. Ao mesmo tempo, oferece subsídios a magistradas, magistrados e unidades judiciárias para a delimitação das demandas, a formulação de quesitos e a compreensão do alcance das avaliações técnicas. Essa distinção entre a atuação pericial do Judiciário e a atuação executiva das políticas públicas constitui um dos eixos expressamente desenvolvidos no Manual.

A abordagem adotada parte do reconhecimento da complexidade dos fenômenos submetidos à apreciação judicial e da necessidade de compreendê-los em seus contextos. Por essa razão, o documento incorpora referenciais transversais e interseccionais, com atenção às desigualdades de gênero e étnico-raciais, às especificidades da primeira infância e do desenvolvimento de crianças e adolescentes, às condições relacionadas à deficiência, aos contextos territoriais e ao acesso às políticas públicas e às redes de proteção. Tais referenciais não constituem modelos rígidos de avaliação, mas perspectivas cuja incidência depende do objeto da análise e das particularidades de cada situação.

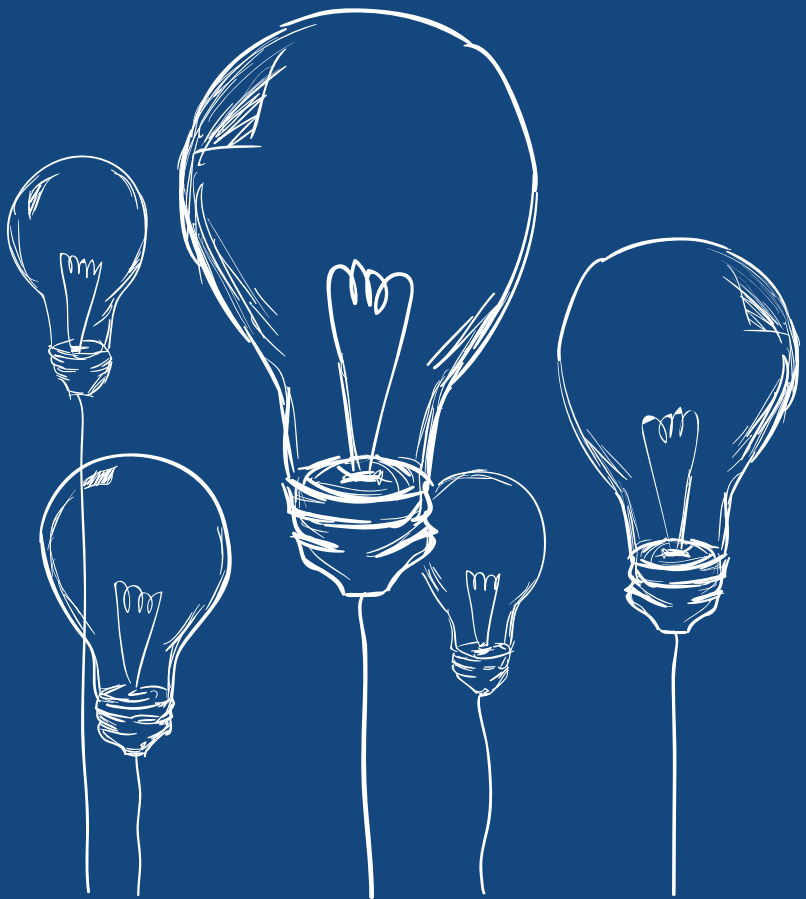
A partir desses fundamentos, o Manual reúne indicadores gerais para diferentes modalidades de avaliação técnica, especialmente nos campos da Infância e Juventude, Família e Criminal. Esses indicadores não constituem quesitos obrigatórios nem relação exaustiva de aspectos a serem investigados. Servem como referências para a delimitação da demanda e para o planejamento da avaliação, de acordo com as especificidades do processo, os objetivos estabelecidos e os limites de competência de cada profissão.

A sistematização dos indicadores também possui finalidade prática. Ao explicitar os aspectos usualmente relevantes em cada modalidade de avaliação, o Manual favorece demandas mais bem delimitadas, avaliações mais direcionadas ao respectivo objeto e melhor aproveitamento dos recursos técnicos disponíveis.

Além disso, oferece às equipes e às peritas e aos peritos externos uma referência institucional acerca da finalidade e do escopo do assessoramento requerido pelo Poder Judiciário.

Assim, o Manual se destina a profissionais das Equipes Técnicas Multiprofissionais, peritas e peritos externos, magistradas, magistrados e servidores das unidades judiciárias envolvidos na solicitação, realização ou utilização do assessoramento técnico. Ao reunir referências comuns para esses diferentes atores, o documento busca qualificar a comunicação entre os saberes profissionais e o campo jurídico, sem restringir a autonomia técnica nem substituir a análise singular exigida por cada caso.

As *Equipes Interprofissionais do TJGO*



1 - As Equipes Interprofissionais do TJGO

As Equipes Interprofissionais Forenses do TJGO são unidades de assessoramento técnico interdisciplinar, compostas por profissionais das áreas de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia, integrantes do quadro de servidores do Poder Judiciário, cujos saberes se articulam de forma complementar para produzir subsídios técnicos especializados destinados à qualificação da atuação jurisdicional. Sua finalidade precípua é auxiliar os juízos da Primeira Instância na tomada de decisão, por meio da elaboração de laudos, pareceres e relatórios técnicos.

Conforme o Provimento nº 47/2021 da CGJGO, a atuação dessas equipes se pauta pelo uso de instrumentais e metodologias próprias de cada área do conhecimento, em diálogo com a ciência jurídica. O trabalho é requisitado pela autoridade judicial para subsidiar a análise de processos complexos, que envolvem dinâmicas relacionais, sociais e subjetivas, cuja compreensão extrapola o campo estritamente legal.

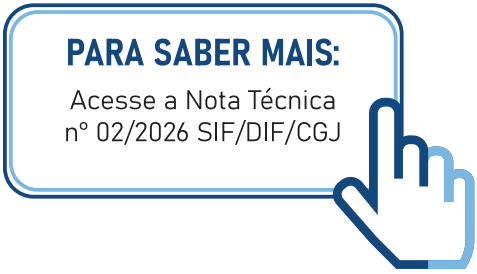
A atuação pode ser solicitada em diversas naturezas processuais, prioritariamente nas áreas da Infância e Juventude, Família, Sucessões, Violência Doméstica e Criminal. A avaliação pode ser realizada por um ou mais profissionais, a depender da complexidade do caso, da urgência da matéria e da disponibilidade técnica da equipe, sempre visando à proteção de direitos ao melhor interesse dos jurisdicionados, com prioridade para crianças, adolescentes, mulheres e outras populações vulneráveis.

1.1. Diferenciação entre a atuação das equipes técnicas do Poder Judiciário e das equipes técnicas do Poder Executivo

É fundamental distinguir a natureza e o objetivo do trabalho realizado pelas Equipes Interprofissionais do Poder Judiciário daquele desempenhado pelas equipes técnicas do Poder Executivo (como CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares, entre outros). Mais do que uma diferenciação meramente administrativa, trata-se de reconhecer funções institucionais distintas que, embora complementares, respondem a lógicas de atuação próprias. Essa compreensão contribui para o adequado fluxo das demandas, fortalece a articulação da rede de proteção e evita sobreposições que podem gerar expectativas equivocadas quanto ao papel de cada instituição.

Diferenciação entre as equipes	
Equipes Técnicas do Poder Judiciário	**Equipes Técnicas do Poder Executivo**
Seu papel primordial é auxiliar os juízos, mediante o desenvolvimento de avaliações de natureza técnico-pericial voltadas a subsidiar a decisão judicial. Sua atuação é delimitada pelo objeto do processo e pelos quesitos formulados pela autoridade judiciária, buscando produzir conhecimento técnico que contribua para a compreensão das dinâmicas familiares, sociais e individuais envolvidas na demanda. O produto final materializa-se em documentos técnicos (laudo, parecer ou relatório) que analisa uma situação específica para esclarecer pontos controvertidos e apoiar o convencimento do(a) magistrado(a).	Integram a rede de proteção e de políticas públicas e tem como função a execução direta de serviços e o acompanhamento continuado de famílias e indivíduos; a realização de acolhimento, orientação, encaminhamento e acompanhamento de casos, com vistas a garantir o acesso a direitos e a superar situações de vulnerabilidade. A intervenção é continuada, com o objetivo de promover a autonomia e o fortalecimento dos sujeitos e não se limita a um processo judicial específico. **As equipes do Poder Executivo, em especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), NÃO realizam perícias, oitivas, inquirições ou produção de provas de acusação em processos judiciais (artigo 21, Resolução CNAS nº 119/2023).**
Relação Interinstitucional	
• Articula, mediante determinação judicial, com a rede de proteção para qualificar a análise técnica e favorecer a garantia de direitos; • Realizar orientações e encaminhamentos quando identificadas situações de violação; • Produzir subsídios técnicos que dialogam com os serviços existentes; • Preservar a natureza pericial da atuação, sem substituir a execução das políticas públicas.	• Os serviços podem receber expedientes judiciais quando relacionados às ações desenvolvidas no acompanhamento de famílias e indivíduos, restrito às suas atribuições no âmbito da Rede de Proteção. • A interlocução ocorre no âmbito da cooperação interinstitucional, respeitando a natureza protetiva do trabalho desenvolvido pela instituição da Rede. • Os registros encaminhados ao Judiciário possuem caráter **informativo**, não pericial.

Em suma, enquanto a equipe do Judiciário realiza uma análise técnica ao processo judicial, a equipe do Executivo realiza intervenções voltadas à garantia de direitos no cotidiano dos usuários da rede. Ambas são essenciais e devem atuar de forma articulada e complementar, não de forma substitutiva, mas preservando a especificidade de suas atribuições.



1.2 Dos Fundamentos técnicos, éticos e normativos

As Equipes Interprofissionais integram diferentes campos de conhecimento das ciências humanas e sociais aplicadas. Psicologia, Serviço Social e Pedagogia produzem conhecimentos especializados sobre dimensões subjetivas, sociais, educativas e relacionais da experiência humana, mediante referenciais teóricos, métodos investigativos, instrumentos técnicos e normativas ético-profissionais próprias.

A atuação interdisciplinar dessas profissões permite ao Poder Judiciário acessar análises qualificadas de fenômenos complexos que extrapolam o campo estritamente jurídico, contribuindo para decisões mais contextualizadas, fundamentadas e comprometidas com a efetivação dos direitos fundamentais.

Nesse sentido, além dos fundamentos técnico-científicos específicos de cada área a prática está alicerçada nas normativas, resoluções e Códigos de Ética dos respectivos Conselhos Profissionais (Conselho Federal de Psicologia – CFP; Conselho Federal de Serviço Social – CFESS), o que inclui a utilização de métodos e instrumentos reconhecidos pelos campos de conhecimento, a observância dos princípios éticos que orientam o exercício profissional, a garantia do sigilo profissional, nos limites da atuação pericial, e o respeito à autonomia técnica na definição das estratégias metodológicas adequadas a cada situação avaliada.

A elaboração deste Manual, portanto, está amparada em um sólido arcabouço científico, ético e normativo, de modo que, dentre as normativas e diretrizes que garantem legitimidade e orientam a prática, destacam-se os seguintes marcos:

Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015);
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): Estabelece a doutrina da proteção integral e prevê a manutenção de equipe interprofissional para assessorar a Justiça da Infância e da Juventude (arts. 150 e 151), sendo um pilar para a atuação em defesa dos direitos de crianças e adolescentes;
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015): Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006): Prevê que os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar para subsidiar a atuação jurisdicional (art. 29);
Lei do Depoimento Especial (Lei nº 13.431/2017) e Decreto nº 9.603/2018: Estabelecem o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, regulamentando os procedimentos da escuta especializada e do depoimento especial, atividades que demandam a expertise dos profissionais das equipes;
Lei da Guarda Compartilhada (Lei nº 13.058/2014): Estabelece o significado da expressão "guarda compartilhada" e dispõe sobre sua aplicação;
Lei Henry Borel (Lei nº 14.344/2022): Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;
Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) e Resolução CNJ Nº 470/2022: Dispõem sobre as Políticas Públicas para a Primeira Infância e Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância;
Resolução CNJ nº 299/2019: Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, alinhando a atuação do Judiciário à Lei nº 13.431/2017;
Resolução CNJ nº 470/2022: Institui a Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância;
Resolução CNJ nº 585/2024: Institui o Plano Nacional das ações da Política Judiciária Nacional pela Primeira Infância;
Recomendação CNJ nº 157/2024: Recomenda a adoção do "Protocolo para a escuta especializada e depoimento especial de crianças e adolescentes nas ações de família em que se discuta alienação parental", oferecendo um roteiro específico para essas oitivas;

Resolução CNJ nº 667/2025: Dispõe sobre a atuação das Equipes Técnicas Multiprofissionais no âmbito dos tribunais de justiça, instituindo o Fórum Nacional (Fonamulti) e reforçando a necessidade de estruturação, capacitação e valorização desses profissionais;

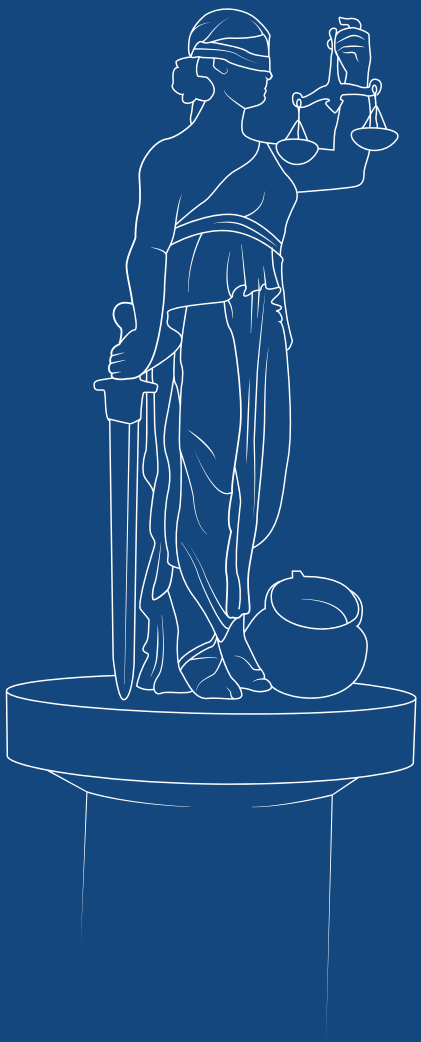
Resolução Conjunta nº 16/2026 CNMP/CNJ: Dispõe sobre diretrizes para a atuação dos tribunais e do Ministério Público, voltadas à efetividade da produção antecipada de prova, por meio do depoimento especial, em casos de violência contra crianças e adolescentes, assegurada a oitiva única, a prevenção da revitimização e a prioridade de tramitação;

Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero (Resolução CNJ nº 492/2023): Orienta a magistratura e demais profissionais do sistema de justiça a adotarem uma lente de gênero em suas análises, reconhecendo as assimetrias de poder e os estereótipos que afetam as mulheres;

Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial (Resolução CNJ nº 598/2024): Institui diretrizes para que o Judiciário considere os impactos da discriminação racial e do racismo estrutural nas decisões e procedimentos judiciais; e

Provimento nº 47/2021 da CGJGO: Define as diretrizes relativas à atuação técnica das Equipes Interprofissionais Forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás, organizando o escopo de trabalho, as atribuições e as competências.

As Avaliações Periciais das Equipes Interprofissionais



2 - As Avaliações Periciais das Equipes Interprofissionais

As avaliações periciais realizadas pelas Equipes Interprofissionais constituem atividade técnico-científica voltada à produção de subsídios especializados para a atuação jurisdicional. Inseridas no contexto da instrução processual, essas avaliações contribuem para a compreensão de aspectos humanos, sociais, educativos e relacionais presentes nas demandas judiciais, oferecendo elementos que auxiliam a análise das situações submetidas à apreciação do Poder Judiciário.

Caracterizam-se pela produção de conhecimento especializado acerca de determinado objeto de análise, a partir dos referenciais e rigor teórico, metodológico e ético próprios das áreas envolvidas, culminando na produção de documentos (laudos, pareceres ou relatórios), que passam a constituir meios de prova destinados a subsidiar decisões judiciais.

Nesse contexto, a atuação técnica não se limita à descrição de fatos ou à reprodução de informações constantes dos autos, mas compreende um processo de investigação e análise orientado por conhecimentos científicos específicos, capaz de ampliar a compreensão das múltiplas dimensões que atravessam a situação avaliada. Vale salientar que, embora observando o mesmo cenário, assistentes sociais, pedagogos(as) e psicólogos(as) realizarão suas análises pontuando mais expressivamente a ótica de sua respectiva área de competência (Magalhães, 2016).

As perícias, sejam elas por área ou interdisciplinares, podem envolver diferentes procedimentos metodológicos, tais como entrevistas, observações técnicas, visitas domiciliares e institucionais, análise documental, interlocução com serviços da rede de proteção e utilização de instrumentos reconhecidos pelos respectivos campos profissionais. A composição metodológica de cada avaliação guarda relação com a natureza da demanda, os objetivos da análise, os elementos presentes no processo e as especificidades da situação examinada.

Essa diversidade metodológica decorre da própria complexidade dos fenômenos analisados pelas equipes. As demandas submetidas ao Poder Judiciário frequentemente envolvem relações familiares, trajetórias de desenvolvimento, contextos de vulnerabilidades, processos educativos, dinâmicas comunitárias e experiências subjetivas que não podem ser compreendidos a partir de um único fator ou perspectiva de análise. Assim, a construção do conhecimento pericial ocorre por meio da articulação entre diferentes fontes de informação e distintos referenciais técnicos, respeitando-se a autonomia profissional e os marcos éticos e legais que orientam cada área de formação.

Assim, os tópicos apresentados na sequência reúnem perspectivas analíticas e indicadores construídos a partir da experiência institucional das Equipes Interprofissionais do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em diálogo com os marcos normativos vigentes e os conhecimentos produzidos pelas áreas da Psicologia, do Serviço Social e da Pedagogia. Dessa forma, o propósito é oferecer referenciais de análise e para a construção de quesitos, por magistrados(as) e servidores(as), considerando as singularidades presentes em cada caso concreto.

2.1 Perspectiva Interseccional e Referenciais Transversais da Avaliação Técnica

Em consonância com as diretrizes que orientam a atuação das Equipes Interprofissionais, as avaliações periciais incorporam perspectivas e referenciais que ampliam a compreensão das realidades sociais, familiares e institucionais presentes nos processos judiciais. Esses elementos, desde que não reduza a questão a uma justaposição de recortes identitários e reconheça o caráter estrutural, não somatório, das opressões que se atravessam (Akotirene, 2019) contribuem para a qualificação da análise técnica na identificação de fatores que influenciam as experiências dos sujeitos e a dinâmica das situações avaliadas. A interseccionalidade é uma categoria analítica que nos ajuda a compreender a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

A perspectiva interseccional e os referenciais transversais, aqui propostos, constituem importantes parâmetros para a leitura crítica dos fenômenos analisados, favorecendo o reconhecimento de desigualdades estruturais, relações de poder, situações de discriminação, condições específicas do desenvolvimento humano e barreiras que podem repercutir no exercício de direitos. Parte-se do entendimento de que tais elementos não atuam de forma isolada, mas frequentemente se articulam e produzem experiências específicas de vulnerabilidade, proteção ou acesso a direitos (Crenshaw, 2002).

Essa compreensão também pressupõe atenção aos contextos territoriais nos quais os sujeitos estão inseridos, reconhecendo que fatores geográficos, econômicos, culturais e institucionais podem influenciar o acesso a políticas públicas, serviços especializados, redes de apoio e mecanismos de proteção. Em estados de grande extensão territorial, como Goiás, aspectos relacionados à ruralidade, assentamentos, comunidades tradicionais, povos indígenas, territórios quilombolas e localidades com reduzida oferta de serviços podem constituir elementos relevantes para a compreensão das situações analisadas.

Considerando que as necessidades dos sujeitos e as situações de vulnerabilidade frequentemente extrapolam o alcance de uma única política pública ou instituição, a análise técnica também demanda atenção à articulação entre os diferentes serviços, programas e órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. Nessa perspectiva, a intersetorialidade constitui importante referencial para a compreensão das situações avaliadas, permitindo identificar de que forma as condições de acesso às políticas públicas, os recursos disponíveis no território e a atuação integrada da rede de proteção influenciam a efetivação de direitos, o enfrentamento das vulnerabilidades e a construção de respostas mais adequadas às necessidades dos sujeitos (Baptista, 2012).

Desse modo, a consideração dos referenciais aqui em destaque contribui para análises mais contextualizadas, sensíveis às diversidades humanas e alinhadas aos marcos normativos de proteção e promoção de direitos. Ademais, a adoção dessas lentes analíticas encontra respaldo nos protocolos institucionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que orientam a atuação jurisdicional comprometida com a igualdade material e a não discriminação, ao reconhecer que o Poder Judiciário pode tanto reproduzir quanto enfrentar desigualdades históricas presentes na sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, os subtópicos a seguir fundamentam-se especialmente nos Protocolos para Julgamento com Perspectiva Racial e Perspectiva de Gênero, no Marco Legal da Primeira Infância e na Lei Brasileira de Inclusão, compreendendo-os não como modelos rígidos, mas como eixos interpretativos que atravessam as diferentes áreas do assessoramento técnico-pericial. Nessa concepção, a atuação técnica afasta-se de uma busca pretensamente neutra da verdade para constituir-se como uma prática comprometida com a dignidade da pessoa humana, que se inicia e se desenvolve numa perspectiva integral, como "acolhimento" (Hennington, 2005).



2.1.1 Aspectos reflexivos para avaliações técnicas na perspectiva de gênero

A atenção ao gênero demanda postura técnica reflexiva, orientada à compreensão de como as desigualdades estruturais, os papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres, as relações de poder e os estereótipos de gênero podem influenciar as experiências, os comportamentos e as vulnerabilidades das pessoas envolvidas nos processos judiciais.

Essa perspectiva não se restringe à atuação jurisdicional, mas alcança também os saberes técnicos que subsidiam a tomada de decisão, uma vez que laudos, pareceres e relatórios podem, consciente ou inconscientemente, reproduzir vieses discriminatórios ou interpretações baseadas em padrões sexistas (Severi, 2023).

Por essa razão, as provas periciais devem ser produzidas com sensibilidade às desigualdades de gênero, exigindo atuação das equipes técnicas para a identificação e neutralização de vieses e estereótipos (Frata, 2024).

Nesse sentido, a incorporação da perspectiva de gênero às avaliações técnicas contribui para que a análise interprofissional considere, de forma crítica e contextualizada, as desigualdades que atravessam as trajetórias dos sujeitos avaliados, evitando leituras naturalizadas sobre cuidado, maternidade, conjugalidade, violência, autonomia e exercício de direitos.

Com esse propósito, apresentam-se, a seguir, reflexões organizadas por tipos de avaliação técnica, tendo como referência o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça, ajustadas às atribuições de psicólogos(as), assistentes sociais e pedagogos(as) que compõem as Equipes Interprofissionais Forenses.

Tipo de Avaliação Técnica	Reflexões
Avaliações técnicas em Violência de Gênero	**Compreensão do Trauma:** Entender que relatos fragmentados, lacunas de memória ou demora na denúncia são sintomas comuns do trauma e do ciclo de violência, não devendo ser interpretados como falsidade ou falta de coerência. **Neutralização de Vieses:** Evitar questionamentos sobre o comportamento moral da vítima (roupas, hábitos, consumo de álcool) ou sua qualidade como "boa mãe" para validar o abuso sofrido. **Prevenção da Revitimização:** Limitar o número de oitivas e evitar perguntas que exponham a intimidade da pessoa sem propósito técnico estrito, impedindo a violência institucional.
Avaliações técnicas em Varas de Família e Sucessões	**Análise Crítica das Alegações de Alienação Parental:** Estar alerta para o uso estratégico da alegação de alienação parental como ferramenta para silenciar denúncias de violência doméstica ou abuso sexual. **Divisão Sexual do Trabalho:** Nas disputas patrimoniais e de alimentos, considerar como a dedicação não remunerada ao cuidado dos filhos e do lar gerou desvantagem econômica histórica para a mulher, dificultando sua autonomia após a separação. **Violência Patrimonial e Econômica:** Identificar formas sutis de controle, como a proibição de trabalhar/estudar, ocultação de bens, sabotagem da carreira profissional e o uso do não pagamento da pensão como instrumento coercitivo.
Avaliações técnicas em Varas da Infância e Juventude	**Desconstrução da "Família Ideal":** Na avaliação de pretendentes à adoção, afastar preconceitos contra configurações familiares não tradicionais (homoafetivas, monoparentais ou inter-raciais), com foco na qualidade do vínculo e na capacidade de cuidado. **Entrega Voluntária:** Acolher a gestante sem julgamentos morais ou rótulos. Investigar se a decisão é fruto de vulnerabilidades extremas ou falta de rede de apoio. **Foco na Violência Institucional:** Verificar se a mulher sofreu violência obstétrica ou violações de direitos durante o ciclo gravídico-puerperal que possam impactar sua saúde mental e sua decisão sobre a parentalidade. **Pobreza vs. Negligência:** Nos processos de destituição do poder familiar, distinguir a incapacidade de cuidado da falta de recursos financeiros (feminização da pobreza), evitando punir a mulher pela ausência de políticas públicas.

2.1.2 Aspectos reflexivos para avaliações técnicas na perspectiva racial

Os aspectos apresentados a seguir têm por fundamento o Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e buscam contribuir para a qualificação das avaliações periciais, respeitando e dando continuidade a iniciativas institucionais que estabelecem parâmetros para práticas profissionais mais inclusivas, democráticas e justas no enfrentamento das desigualdades raciais.

Destacam-se, nesse contexto, a Resolução CFP nº 18/2002 (CFP, 2002) e as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Relações Raciais (CFP, 2017), que, respectivamente, inauguram e consolidam, no repertório técnico-profissional da Psicologia, marcos explícitos de enfrentamento ao racismo. Soma-se a esse percurso o compromisso histórico do Serviço Social com a defesa dos direitos humanos e o combate ao racismo, expresso em normativas, notas técnicas, campanhas, congressos e produções teóricas da categoria, com destaque para o Código de Ética Profissional e para a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão de assistente social, bem como para a Resolução CFESS nº 1.054/2023, que vedam expressamente condutas discriminatórias e/ou preconceituosas de cunho étnico-racial no exercício profissional.

A perspectiva racial parte do reconhecimento de que o racismo constitui elemento estruturante da sociedade brasileira, organizada historicamente segundo uma hierarquia racial (Guimarães, 1999) e pode repercutir, de diferentes formas, nas trajetórias individuais, familiares e comunitárias (Carone; Bento, 2014), no acesso a direitos e privilégios (Bento, 2022), nas experiências institucionais dos sujeitos. Nesse contexto, a análise técnica incorpora a consideração das relações raciais (Souza, 2021) e de suas intersecções com outros marcadores sociais, que geram alteridades fronteiriças (Anzaldúa apud Costa; Ávila, 2005), ampliando a compreensão dos fenômenos avaliados e favorecendo a identificação de desigualdades, discriminações e barreiras que possam influenciar a realidade das pessoas envolvidas.

Destacam-se algumas diretrizes reflexivas relevantes a serem consideradas:

1. Garantir um ambiente de avaliação seguro, acolhedor e respeitoso à identidade étnico-racial, com atenção às barreiras institucionais e simbólicas que possam dificultar a participação da pessoa avaliada, de modo a assegurar as condições adequadas para uma escuta qualificada.

2. Assegurar a coleta do quesito raça/cor/etnia, mediante autodeclaração da pessoa avaliada, de forma mediada no âmbito do atendimento técnico, a fim de compor os procedimentos de identificação de assimetrias étnico-raciais presentes no caso concreto.

3. Refletir sobre possíveis vieses pessoais e teóricos que possam afetar a análise e atribuir o devido peso ao relato de vivência de discriminação, reconhecendo que o racismo estrutural pode impactar a autoestima e a confiança institucional.

4. Conduzir entrevistas, visitas técnicas e demais procedimentos de forma que não reproduzam violências institucionais e estigmas raciais, abstendo-se de perguntas que minimizem relatos de racismo ou reforcem estereótipos raciais.

5.Proceder à avaliação técnica de risco de forma fundamentada, identificando não apenas situações de violência manifesta, mas também contextos estruturais, institucionais ou relacionais que possam produzir vulnerabilidades decorrentes de desigualdades raciais.

6. Constatados riscos à integridade física, psicológica ou social da pessoa avaliada, convém registrar a necessidade de articulação com a rede de proteção e políticas públicas competentes (CRAS, CREAS, serviços de saúde, educação ou outros), indicando tecnicamente as medidas intersetoriais adequadas à superação da situação identificada.

7. Identificar como as desigualdades estruturais raciais, bem como suas intersecções com gênero e classe, podem influenciar a controvérsia, mesmo em demandas aparentemente neutras.

Tipo de Avaliação Técnica	Reflexões
Avaliações técnicas em Ações Penais ou Varas Criminais	O racismo pode se manifestar de forma explícita ou indireta, inclusive por meio de exclusões sutis, estigmatizações e barreiras de acesso a direitos. Muitas situações são naturalizadas socialmente, dificultando sua identificação. **Perguntas Reflexivas:** • *Estou considerando a possibilidade de discriminação estrutural, ainda que não haja ofensa explícita?* • *A análise contempla o contexto histórico e social da pessoa avaliada?* • *Há risco de reduzir a situação a conflito interpessoal quando pode haver motivação racial?*
Avaliações técnicas em Varas de Família e Sucessões	Análise Crítica das Alegações de Alienação Parental: A organização familiar pode ser impactada por desigualdades socioeconômicas historicamente associadas ao racismo estrutural, agravadas em contexto de famílias inter-raciais, influenciando acesso a moradia, trabalho e rede de apoio. **Perguntas Reflexivas:** • *As condições socioeconômicas foram contextualizadas à luz das desigualdades raciais?* • *Há estereótipos raciais ou de gênero implícitos influenciando a percepção sobre capacidade parental?* • *A vulnerabilidade decorre de negligência individual ou exclusão estrutural fundada no racismo?*
Avaliações técnicas em Varas da Infância e Juventude	**No contexto socioeducativo ou no âmbito das medidas protetivas:** Crianças e adolescentes negros(as) podem vivenciar e reproduzir discriminação racial em ambiente escolar, comunitário ou institucional, impactando identidade, autoestima, sociabilidade e desempenho escolar. **Perguntas Reflexivas:** • *Alterações comportamentais foram analisadas considerando possível discriminação racial?* • *A identidade étnico-racial e o pertencimento religioso da criança ou do adolescente estão sendo acolhidos no contexto familiar e institucional?* • *A instituição adotou medidas adequadas diante de episódios discriminatórios ou reproduziu privilégios como os que são mantidos silenciosamente pelo "pacto de branquitude" (Bento, 2022)?* • *O contexto indica o entendimento dos envolvidos quanto à diferença entre racismo e bullying?*

Tipo de Avaliação Técnica	Reflexões
Avaliações técnicas em Varas da Infância e Juventude	**Avaliação em Entrega Voluntária para adoção:** A mulher que busca o serviço de entrega voluntária pode estar em situação de vulnerabilidade econômica, social ou cultural. Marcadores como raça, orientação sexual e classe social podem influenciar a vivência e a elaboração emocional dessa experiência. A atuação técnica deve assegurar acolhimento integral, com atendimento especializado, ético, livre de julgamentos morais e espaço seguro para reflexão qualificada sobre a decisão. A análise deve considerar desigualdades estruturais que impactam desproporcionalmente mulheres negras, tais como precarização do trabalho, ausência de rede de apoio, violência obstétrica e dificuldades de acesso a políticas públicas. O objetivo é assegurar que a decisão seja autônoma, consciente, informada e desvinculada de coerções diretas ou indiretas. **Perguntas Reflexivas:** • *A avaliação acolheu a história da genitora sem julgamentos, considerando o contexto ampliado de vulnerabilidades sociais, econômicas, psicológicas e raciais?* • *Foram identificadas situações de violência obstétrica, abandono institucional ou outras violações de direitos durante a gestação e o parto?* • *A genitora teve acesso efetivo a suporte psicossocial e informações claras sobre seus direitos e alternativas?*
	Acolhimento Institucional e Destituição do Poder Familiar: A análise técnica dos motivos que ensejaram o acolhimento institucional ou a destituição do poder familiar deve ultrapassar a leitura da vulnerabilidade, com viés individualizante, examinando no nível programático e sociocultural os fatores estruturais que impactam, de modo desproporcional, famílias negras e periféricas. É imprescindível avaliar se houve oferta prévia e suficiente de políticas públicas, apoio socioassistencial e fortalecimento da rede familiar e comunitária antes da adoção de medida extrema. A sobrecarga histórica de cuidado imposta às mulheres, especialmente mulheres negras, deve ser considerada como elemento contextual relevante. **Perguntas Reflexivas:** • *Em que medida a situação decorre de comportamento negligente, fragilidade no cuidado familiar/parental ou de exclusão estrutural e ausência de suporte estatal adequado?* • *Houve oferta efetiva de políticas públicas antes da medida de acolhimento ou destituição?* *A análise evitou interpretações baseadas em estigmatização racial ou em expectativas normativas de "família ideal"?* • *Foram considerados os vínculos comunitários e identitários da criança ou adolescente?*

2.1.3 Aspectos reflexivos para avaliações técnicas voltadas à Primeira Infância

A incorporação dos referenciais da Primeira Infância (primeiros 6 anos de vida) nas avaliações técnicas parte do reconhecimento de que os primeiros anos de vida constituem etapa singular do desenvolvimento humano, marcada pela intensa formação de vínculos afetivos, pela organização emocional, pelo desenvolvimento cognitivo e pela elevada responsividade às experiências e condições de cuidado oferecido à criança.

Em razão da especial plasticidade característica dessa fase, a qualidade dos vínculos, dos cuidados e dos ambientes familiares, comunitários e institucionais assume particular relevância para o desenvolvimento integral. Nesse sentido, a referência à primeira infância não se limita ao critério etário, mas remete ao reconhecimento de necessidades específicas que devem ser consideradas na análise técnica e na tomada de decisões que afetem diretamente a vida da criança.

No âmbito do Poder Judiciário, essa compreensão amplia a análise das situações que envolvem crianças na primeira infância e seus contextos de cuidado e proteção, direcionando o olhar técnico para as especificidades dessa etapa do desenvolvimento, em consonância com o Marco Legal da Primeira Infância e com os princípios da proteção integral e do melhor interesse da criança (Lei nº 8.069/1990).

Nessa perspectiva, os pontos de atenção apresentados a seguir não se configuram como roteiro fechado de atuação, mas como referenciais que podem contribuir para a qualificação da análise técnica, da leitura das dinâmicas familiares e da articulação com a rede de proteção, favorecendo decisões mais sensíveis ao tempo do desenvolvimento infantil e à garantia dos direitos das crianças na primeira infância.

Aspectos para consideração na análise técnica	
Tempo do Desevolvimento	• Meses e anos possuem impacto proporcionalmente maior na trajetória da criança de 0 a 6 anos; • Intervenções precoces possuem maior potencial protetivo. • Atrasos produzem repercussões significativas; • Continuum de cuidados (pré-natal, parto, puerpério e primeiros vínculos).
Vínculos Primários, Continuidade e Estabilidade dos Cuidados	• Atenção à constituição dos primeiros vínculos, primeiras relações de apego e figuras primárias de referência para construção da segurança emocional; • A qualidade e a estabilidade das relações estabelecidas entre a criança e os cuidadores de referência e previsibilidade dos ambientes; • Possíveis impactos decorrentes de mudanças frequentes de cuidadores, residência, rotina ou contextos de convivência.
Dependência Relacional e Contexto de Cuidado	• A criança pequena acessa proteção, direitos e oportunidades de desenvolvimento apenas por intermédio dos adultos cuidadores. • Condições de cuidado, proteção e apoio disponíveis à criança, os recursos parentais e familiares, as redes de apoio e os fatores que favorecem ou dificultam o exercício das funções protetivas pelos cuidadores.
Experiências Adversas Precoces	• Violência, negligência, privação e exposição prolongada ao estresse possuem impacto ampliado nessa etapa do desenvolvimento. • Repercussões de experiências adversas ou de violências precoces e de possível estresse tóxico no desenvolvimento.
Comunicação e Participação da Criança Pequena	•Formas de expressão compatíveis com o estágio de desenvolvimento da criança, reconhecendo que sua participação pode se manifestar por diferentes formas de comunicação, incluindo a linguagem verbal, a comunicação não verbal, o brincar, as interações e outras expressões próprias da primeira infância. • Sobre a realização de depoimento especial com crianças na Primeira Infância, verificar recomendações da **Nota Técnica nº 01/2026 SIF/DIF/CGJ**, no item 5.9 que trata da idade mínima para aplicação do Depoimento Especial.

2.1.4 Aspectos reflexivos para avaliações técnicas que envolvem pessoas com deficiência

A incorporação dos referenciais relacionados à deficiência e às necessidades específicas de desenvolvimento, aprendizagem e inclusão social nas avaliações técnicas parte do reconhecimento de que as condições individuais não podem ser compreendidas apenas do ponto de vista biomédico e dissociadas dos contextos familiares, sociais, institucionais e comunitários nos quais os sujeitos estão inseridos.

No caso das pessoas com deficiência, essa compreensão está fundamentada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que reconhecem a deficiência não como mera condição diagnóstica, mas como resultado da interação entre impedimentos de longo prazo e barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e outras presentes nos contextos sociais, familiares, institucionais e comunitários (Fogaça; Klazura, 2021). Essas normativas adotam a concepção biopsicossocial da deficiência e reconhecem a pessoa com deficiência como sujeito de direitos, titular de autonomia, participação social e igualdade de oportunidades.

No campo das necessidades específicas de desenvolvimento e aprendizagem, essa perspectiva articula-se com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), especialmente quanto à garantia de condições adequadas à escolarização e ao pleno desenvolvimento das potencialidades de cada sujeito (Mantoan, 2015).

Os aspectos apresentados a seguir são sugestões de referenciais que podem contribuir para qualificar a análise técnica.

Aspectos para consideração na análise técnica	
Barreiras, Acessibilidade e Inclusão	• Histórico de barreiras e vulnerabilidades; • De que forma barreiras físicas, arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas, atitudinais, institucionais ou relacionais podem influenciar a situação analisada e repercutir no exercício de direitos, na participação social e no acesso a oportunidades; • (in)existência de recursos de acessibilidade, adaptações razoáveis e estratégias de inclusão que favoreçam a autonomia, a participação e o pertencimento nos diferentes contextos de vida.
Autonomia, Participação e Protagonismo	• Condições que favorecem ou restringem a manifestação de preferências, a participação em processos decisórios e o exercício da autonomia respeitando as formas de comunicação e expressão da pessoa avaliada; • Possíveis situações de superproteção, infantilização, restrição indevida da autonomia ou exclusão dos processos de tomada de decisão que afetem o exercício de direitos e a participação social; • Possíveis obstáculos à permanência e participação no exercício de direitos.
Necessidades Específicas de Desenvolvimento e Aprendizagem	• Existência de necessidades específicas relacionadas ao desenvolvimento, à aprendizagem, à comunicação, à escolarização ou à inclusão social, analisando os recursos, apoios e estratégias (complementares ou suplementares) disponíveis para seu atendimento; • De que forma os contextos familiar, escolar, comunitário e institucional favorecem ou restringem oportunidades de desenvolvimento, aprendizagem, convivência e participação social.
Participação em Procedimentos Judiciais	• Condições necessárias para assegurar a participação efetiva da pessoa nos procedimentos, observando formas de comunicação, recursos de acessibilidade e apoios necessários à compreensão e à expressão de suas opiniões, percepções e experiências; • De que forma barreiras comunicacionais, institucionais ou relacionais podem influenciar a produção de informações, a compreensão dos procedimentos e o acesso à justiça.
Capacitismo e Vieses Analíticos	• Possíveis interpretações centradas exclusivamente no diagnóstico, na limitação funcional ou em expectativas normativas de autonomia, no sentido de superar a reprodução de práticas discriminatórias ou capacitistas.

Indicadores Gerais de Análise nas Perícias



3 - Indicadores Gerais de Análise nas Perícias

A seguir, apresentam-se indicadores gerais por tipo de perícia, que podem subsidiar a avaliação e a análise pelas três áreas que integram as Equipes Interprofissionais Forenses: Pedagogia, Psicologia ou Serviço Social. Considera-se que cada indicador deve ser observado à luz dos limites da atuação técnica de cada área, de modo que sua análise seja realizada conforme a perspectiva específica de cada campo de conhecimento, respeitando suas atribuições e competências profissionais.

3.1. Infância e Juventude

3.1.1 Guarda ou Tutela

- Competência parental do(s) interessado(s) para o exercício da guarda/tutela;
- Motivadores e expectativas do(s) interessado(s) para o pedido de guarda/tutela;
- Relações familiares e intergeracionais dos interessados;
- Rede de apoio institucional, familiar e social do(s) interessado(s) e qualidade do vínculo da criança/adolescente com esta;
- Impactos na criança/adolescente, decorrentes dos motivadores do processo (histórico de conflito parental, indícios de violências, negligências, orfandade, entre outros);
- Construção e manutenção dos vínculos entre a criança/adolescente e o(s) interessado(s);
- Vontade manifesta da criança/adolescente, seus motivadores e nível de compreensão, sem lhe atribuir a responsabilidade pela decisão;
- Impactos de eventual mudança na rotina e no ambiente e do possível rompimento/perda de relações familiares da criança/adolescente;
- Compreensão do(s) interessado(s) sobre as necessidades biopsicossociais e educativas da criança/adolescente, conforme a etapa de desenvolvimento;
- Compreensão da criança/adolescente sobre os fatos e as implicações para seu desenvolvimento;
- Atos que possam configurar alienação parental;
- Impacto de desigualdades de gênero, raça e classe social no exercício da parentalidade.

3.1.2 Perda ou Suspenção do Poder Familiar

- Competência parental dos genitores/responsáveis;
- Fatores de risco e de proteção no contexto familiar;
- Fatores de desproteção social (pobreza, violência comunitária, dificuldade de acesso a direitos, entre outros);
- Membros da família extensa aptos a assumir a guarda;
- Impactos da destituição do poder familiar na criança/adolescente e sua compreensão sobre os fatos;
- Condições para reintegração familiar ou necessidade de inserção em família substituta;
- Adesão da família às intervenções para reintegração e compreensão sobre o processo judicial;
- Condições de acesso e histórico de acompanhamento pela rede de proteção social e de atenção psicossocial;
- Compreensão dos envolvidos sobre a medida de destituição do poder familiar e percepção da criança/adolescente acerca dos motivos da intervenção judicial;
- Existência de racismo institucional ou estrutural que impacte o acesso da família a políticas públicas e serviços.

3.1.3 Acolhimento Institucional ou Colocação em Família Substituta

- Competência parental dos genitores/responsáveis;
- Fatores de risco e de proteção no contexto familiar (de origem ou substituta);
- Fatores de desproteção social (pobreza, violência comunitária, dificuldade de acesso a direitos, entre outros);
- Adesão da família às intervenções para reintegração e compreensão sobre o processo judicial;
- Condições de acesso e histórico de acompanhamento pela rede de proteção social e de atenção psicossocial;
- Possíveis membros da família extensa aptos a assumir a guarda;
- Compreensão dos envolvidos sobre a medida protetiva e percepção da criança/adolescente acerca dos motivos do acolhimento;
- Capacidade dos responsáveis (família de origem ou substituta) de compreender e atender às necessidades biopsicossociais e educativas da criança/adolescente;

- Direito da criança/adolescente à convivência comunitária, com especial atenção à sua identidade social e cultural (quilombola, indígena, etc.).

3.1.4 Habilitação para Adoção

- História de vida pregressa e atual do(s) pretendente(s);
- Contexto social, econômico, de moradia, educacional, afetivo e relacional do(s) pretendente(s);
- Experiências prévias no cuidado de crianças;
- Compreensão sobre o trâmite processual e a irrevogabilidade da adoção;
- Dinâmica relacional do(s) pretendente(s) (comunicação, afetividade, qualidade da relação conjugal);
- Rede de apoio social e familiar do(s) pretendente(s);
- Maturidade do projeto adotivo (motivadores, perfil desejado, expectativas, idealizações, concordância entre os cônjuges e da família extensa, entre outros);
- Fatores de risco e de proteção no contexto familiar do(s) pretendente(s) para o desenvolvimento da criança/adolescente;
- Percepção do(s) pretendente(s) sobre questões raciais na adoção, especialmente em adoções inter-raciais;
- Compreensão sobre a importância de respeitar e acolher a história de origem da criança/adolescente.

3.1.5 Adoção

- Compreensão das partes sobre a irrevogabilidade da adoção;
- Fatores de risco e de proteção no novo contexto familiar;
- Processo de adaptação da criança/adolescente à nova família;
- Capacidade da família adotiva para lidar com as mudanças decorrentes da adoção;
- Construção e consolidação do vínculo afetivo entre a criança/adolescente e a família adotiva;
- Adesão às orientações e encaminhamentos da equipe técnica durante o estágio de convivência;
- Acompanhamento da rede de proteção durante o estágio de convivência;
- Capacidade da família adotiva para acolher e lidar com a história de origem da criança/adolescente;
- Histórico de adoção fora do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA);

- Histórico do(s) pretendente(s) no SNA (devoluções, recusas, etc.);
- Percepção e manejo da família adotiva em relação a possíveis episódios de racismo vivenciados pela criança/adolescente.

3.1.6 Desacolhimento Institucional

- Situação atual dos fatores de risco e de proteção na família de origem;
- Histórico de convivência familiar e qualidade dos vínculos afetivos durante o período de acolhimento;
- Adesão da família de origem às intervenções para reintegração e compreensão sobre o processo judicial;
- Vontade manifesta da criança/adolescente sobre o desacolhimento, seus motivadores e nível de compreensão;
- Perspectivas de reintegração familiar, manutenção do acolhimento ou necessidade de inserção em família substituta;
- Histórico de acesso e acompanhamento da família pela rede de proteção social e de atenção psicossocial;
- Segurança no convívio com os familiares de origem e impacto das visitas durante o acolhimento;
- Qualidade da comunicação e interação entre a família e a equipe do serviço de acolhimento;
- Capacidade da família de origem para atender às necessidades biopsicossociais e educativas da criança/adolescente;
- Condições globais atualizadas da família de origem (relacionais, sociais, econômicas, afetivas, entre outros);
- Necessidade de encaminhamentos para a rede de proteção para garantia de direitos após o desacolhimento.

3.1.7 Entrega Voluntária para Adoção

- Acolhimento humanizado à gestante ou parturiente;
- Efeitos do estado gestacional e puerperal na capacidade de tomada de decisão;
- Orientação sobre os procedimentos da entrega legal, o trâmite processual e os direitos da gestante/parturiente e da criança;
- Contexto socioeconômico, vulnerabilidades e rede de apoio da gestante ou parturiente;

- Necessidade de encaminhamentos para a gestante ou parturiente nos períodos pré-natal e pós-natal;
- Vontade manifesta da criança/adolescente gestante/parturiente quanto ao sigilo, inclusive em relação aos genitores;
- Sinais de violência institucional, juízo de valor ou interferências na decisão da gestante ou parturiente;
- Vontade manifesta de indicar o genitor ou a família extensa para o exercício da parentalidade;
- Necessidade de articulação para acolhimento e apoio social à gestante/mãe e criança em situação de rua;
- Necessidade de articulação da rede de atendimento psicossocial à gestante/parturiente.

3.1.8 Fiscalização do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes

- Cumprimento das obrigações legais pela instituição de acolhimento (cuidado, coeducação, atenção, estrutura física, recursos humanos, entre outros);
- Fatores de risco e de proteção no ambiente de acolhimento;
- Articulação intersetorial da instituição para atendimento das necessidades das crianças/adolescentes e para a reintegração familiar e social;
- Compreensão da equipe da instituição quanto ao seu papel e funções no cuidado e educação das crianças e adolescentes acolhidos;
- Procedimentos da instituição, relativos à reintegração familiar, colocação em família substituta e desligamento, incluindo a aplicação do PIA;
- Promoção de canais de escuta para as crianças e adolescentes acolhidos sobre o tratamento recebido.

3.1.9 Medida Protetiva

- Motivadores da demanda e fatores de risco associados;
- Histórico de violências e violações de direitos;
- Existência de convivência com o(a) suposto(a) ofensor(a);
- Condições gerais da criança ou adolescente (físicas, emocionais, educacionais, relacionais);
- Rede de apoio familiar e comunitária e existência de membro da família extensa apto a exercer a guarda;

- Necessidade de encaminhamentos para a rede de serviços (saúde, assistência, educação, entre outros);
- Contexto socioeconômico e dependência financeira do(a) responsável em relação ao(à) suposto(a) ofensor(a);
- Atuação da rede de proteção (acesso a serviços, articulação, intervenções prévias);
- Dinâmica familiar e capacidade protetiva (função parental, vínculos, estratégias educativas);
- Análise da situação sob a perspectiva de gênero e raça, identificando interseccionalidades e vulnerabilidades específicas.

3.2 Família

3.2.1 Guarda e Regulamentação de Visitas

- Motivadores da disputa judicial pela guarda;
- Impactos do litígio no desenvolvimento da criança/adolescente;
- Aspectos favoráveis e desfavoráveis para a guarda compartilhada;
- Exercício da parentalidade (histórico, rotina, cuidados, coparentalidade, vínculos, sustento, comunicação, afeto);
- Histórico do relacionamento conjugal e fatores de ruptura;
- Rede de apoio familiar e social dos genitores e qualidade da relação com a criança/adolescente;
- Disponibilidade e corresponsabilidade dos genitores nas decisões sobre a vida da criança/adolescente;
- Qualidade do vínculo afetivo da criança/adolescente com os genitores e seus respectivos núcleos familiares (padrasto, madrasta, etc.);
- Vontade manifesta da criança/adolescente, seus motivadores e nível de compreensão, sem lhe atribuir a responsabilidade pela decisão;
- Impactos de eventual mudança na rotina, ambiente e relações familiares da criança/adolescente;
- Situação de risco/vulnerabilidade no contexto familiar que possa comprometer o desenvolvimento integral da criança/adolescente;
- Flexibilidade do guardião em incentivar a convivência da criança/adolescente com o não guardião;
- Histórico de violência de gênero entre as partes e seus impactos na segurança da criança/adolescente e do(a) cuidador(a) principal;

- Desigualdades e estereótipos de gênero no exercício da parentalidade;
- Dinâmicas de poder e controle presentes na relação coparental.

3.2.2 Alienação Parental

- Instrumentalização da criança nos conflitos do ex-casal ou das partes;
- Papel da família extensa como rede de apoio e proteção;
- Histórico de violência entre os genitores (física, psicológica, moral, patrimonial, sexual) e a existência de medidas protetivas;
- Impactos na criança/adolescente por vivenciar ou testemunhar violência e riscos à sua segurança;
- Práticas de desqualificação da figura parental, obstrução de contato ou manipulação de narrativas;
- Discurso da criança/adolescente sobre os ambientes familiares e sentimentos associados (insegurança, rejeição, desconforto);
- Outros fatores que influenciam a resistência ao contato parental (instrumentalização da criança, uso distorcido da lei, histórico de violência);
- Possível uso da alegação de alienação parental para invalidar denúncias de violência doméstica.

3.2.3 Reconhecimento ou Negatória de Paternidade

- Vínculo de socioafetividade paterno-filial preexistente;
- Exercício da parentalidade socioafetiva pelo pai/mãe registral e/ou biológico (participação no cotidiano, cuidados, acompanhamento escolar, etc.);
- Identificação e papel da família extensa (avós, tios, etc.) e sua contribuição para o desenvolvimento da criança/adolescente;
- Construção da identidade da criança/adolescente e seu sentimento de pertencimento em relação aos vínculos biológico e socioafetivo;
- Percepções e expectativas dos envolvidos (criança/adolescente, genitores, família extensa) sobre a questão da paternidade;
- Fatores de risco (alienação, rejeição, conflitos) e de proteção (vínculos sólidos, rede de apoio) para o desenvolvimento da criança/adolescente;
- Impactos de eventual alteração da filiação no desenvolvimento da criança/adolescente (autoestima, socialização, rendimento escolar).

3.2.4 Curatela

- Convívio familiar, social e comunitário do(a) curatelado(a);
- Condições de moradia e rotina do(a) curatelado(a);
- Motivação para o pedido de curatela e sua conexão com a função protetiva da medida;
- Configuração e dinâmica familiar;
- Relação e afinidade entre curatelado(a) e pretenso(a) curador(a), e opinião do(a) curatelado(a) sobre a medida;
- História de vida do(a) curatelado(a) (escolaridade, trabalho, relações familiares, início das limitações);
- Limitações e potencialidades do(a) curatelado(a) para os atos da vida civil e suportes necessários;
- Acesso do(a) curatelado(a) a políticas e serviços necessários e eventuais encaminhamentos;
- Autonomia do(a) curatelado(a) para indicação da medida mais adequada (curatela, tomada de decisão apoiada, curatela compartilhada);
- Perfil do(a) pretenso(a) curador(a) (disposição para o cuidado, compreensão dos encargos, rede de apoio, sobrecarga);
- Manifestação de vontade, preferências e desejos do(a) curatelado(a).

3.3 Criminal

3.3.1 Violência Contra Criança ou Adolescente

- Contexto histórico, social e familiar da criança/adolescente;
- Histórico da relação entre a vítima e o suposto agressor;
- Caracterização das violências e contexto em que ocorreu a revelação;
- Danos e consequências decorrentes da violência sofrida;
- Impactos do processo judicial e risco de revitimização;
- Necessidade de encaminhamentos para a rede de proteção;
- Condições gerais de desenvolvimento da criança/adolescente, abrangendo os aspectos cognitivos, emocionais, sociais e educacionais, considerando os limites da área de atuação técnica;
- Possíveis alterações comportamentais e relacionais da criança/adolescente, considerando os limites da área de atuação técnica;

- Fatores de risco e de proteção no contexto de vida da criança/adolescente;
- Existência de vulnerabilidades adicionais decorrentes de raça, etnia, identidade de gênero, deficiência ou orientação sexual.

3.3.2 Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

- Histórico de vida da vítima;
- Histórico de violência doméstica/familiar e fato gerador da denúncia;
- Tipos de violência sofrida e avaliação de risco;
- Rede de apoio e suporte social e familiar disponível;
- Caracterização da vítima e seu núcleo familiar;
- Percepção da vítima sobre o contexto de violência denunciado;
- Fatores de vulnerabilidade e contexto social;
- Existência de registros no FONAR (Formulário Nacional de Avaliação de Risco) havendo informações disponíveis, considerá-las na análise técnica, com vistas à prevenção da revitimização;
- Composição familiar (nomes, idades e vínculos), bem como a situação socioeconômica (ocupação e renda), incluindo a eventual dependência econômica em relação ao suposto agressor;
- Necessidade de encaminhamentos para serviços que auxiliem no rompimento do ciclo de violência;
- Identificação da existência de plano de segurança pessoal elaborado no âmbito do CREAS/PAEFI; na ausência, sugestão ao magistrado de encaminhamento para acompanhamento pela rede socioassistencial competente;
- Análise da interseccionalidade das violências, considerando os marcadores sociais de gênero, raça/etnia, classe social, orientação sexual, identidade de gênero, entre outros fatores que possam agravar vulnerabilidades e riscos.

3.3.3 Avaliação de Risco para os Dependentes no Contexto da Violência Doméstica Contra a Mulher

- Histórico da conjugalidade, violências e seus impactos sobre os filhos;
- Participação de cada genitor nos cuidados com os filhos, antes e depois da separação;
- Dinâmica do relacionamento parental (guarda, convivência, alimentos) e vínculo dos filhos com cada genitor;

- Caracterização das violências vivenciadas e/ou testemunhadas pelos filhos, incluindo atos de alienação parental;
- Alterações comportamentais e emocionais dos filhos decorrentes da suspensão da convivência;
- Necessidade de medidas protetivas para as crianças e adolescentes;
- Viabilidade de um plano de convivência seguro;
- Recursos de proteção disponíveis para os filhos na comunidade e na rede de serviços.

3.3.4 Violência Contra Pessoa Idosa

- Condições gerais da vítima (física, cognitiva, emocional, social, de saúde);
- Relação com o(a) suposto(a) agressor(a) e histórico das violências;
- Rede de apoio e proteção (familiar e comunitária) e indicadores de isolamento social;
- Histórico de atendimentos e necessidade de novos encaminhamentos;
- Percepção da vítima sobre o acesso aos direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa;
- Grau de dependência funcional da vítima e existência de curatela;
- Interseccionalidade da violência (gênero, raça, classe, deficiência) e seus impactos na pessoa idosa;

3.3.5 Violência Contra Pessoas com Deficiência

- Caracterização da vítima e seu núcleo familiar;
- Percepção da vítima sobre o contexto de violência;
- Rede de apoio e condições protetivas no âmbito familiar e comunitário;
- Barreiras cotidianas, acessibilidade e uso de tecnologias assistivas;
- Existência de curatela ou tomada de decisão apoiada;
- Condições gerais da vítima (física, cognitiva, emocional, social, de saúde);
- Relação com o(a) suposto(a) agressor(a) e histórico das violências;
- Percepção da vítima sobre o acesso aos direitos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- Histórico de atendimentos e necessidade de encaminhamentos para proteção e promoção de direitos;
- Existência de violência institucional em serviços de saúde ou assistência.

Considerações Finais



Considerações Finais

O assessoramento técnico ao Poder Judiciário exige a articulação entre conhecimentos especializados, finalidade jurisdicional e particularidades de cada situação submetida à avaliação. A complexidade das demandas afasta soluções padronizadas e pressupõe atuação fundamentada, contextualizada e compatível com os referenciais éticos, técnicos e científicos próprios da Psicologia, do Serviço Social e da Pedagogia.

Nesse sentido, os indicadores reunidos neste Manual constituem referências orientadoras, e não roteiros obrigatórios ou listas exaustivas de aspectos a serem investigados. Sua utilização deve considerar o objeto da avaliação, os elementos relevantes do caso concreto e os limites de competência de cada área profissional, com respeito à autonomia técnica na escolha dos procedimentos e na construção da análise. O próprio Manual reconhece a autonomia profissional na definição das estratégias metodológicas adequadas a cada situação.

A autonomia técnica, contudo, deve ser compreendida em conjunto com a dimensão institucional da atuação. Os profissionais que integram as equipes exercem suas atribuições como servidores do Poder Judiciário, razão pela qual sua prática se submete, simultaneamente, aos referenciais ético-profissionais de sua área de formação e às normas, diretrizes, fluxos e parâmetros institucionais que organizam o assessoramento técnico no âmbito do Tribunal. Essas dimensões não se excluem: as normas profissionais resguardam a autonomia e os limites técnicos de cada área, enquanto as diretrizes institucionais organizam a prestação do serviço, definem sua finalidade e promovem coerência na atuação do Poder Judiciário.

Nessa perspectiva, o Manual não interfere na autonomia profissional nem estabelece previamente métodos, interpretações ou conclusões técnicas. Sua função é oferecer parâmetros institucionais comuns para o exercício do assessoramento, de modo que a liberdade técnico-científica própria de cada profissão se desenvolva em consonância com a finalidade do serviço público prestado, com as políticas judiciárias aplicáveis e com a organização institucional do Tribunal. Essa compreensão também se harmoniza com a Resolução CNJ nº 667/2025, que situa a atuação das equipes técnicas no contexto das diretrizes institucionais e das políticas judiciárias.

A sistematização dos indicadores também possui finalidade de racionalização do trabalho. Ao explicitar os aspectos usualmente relevantes em

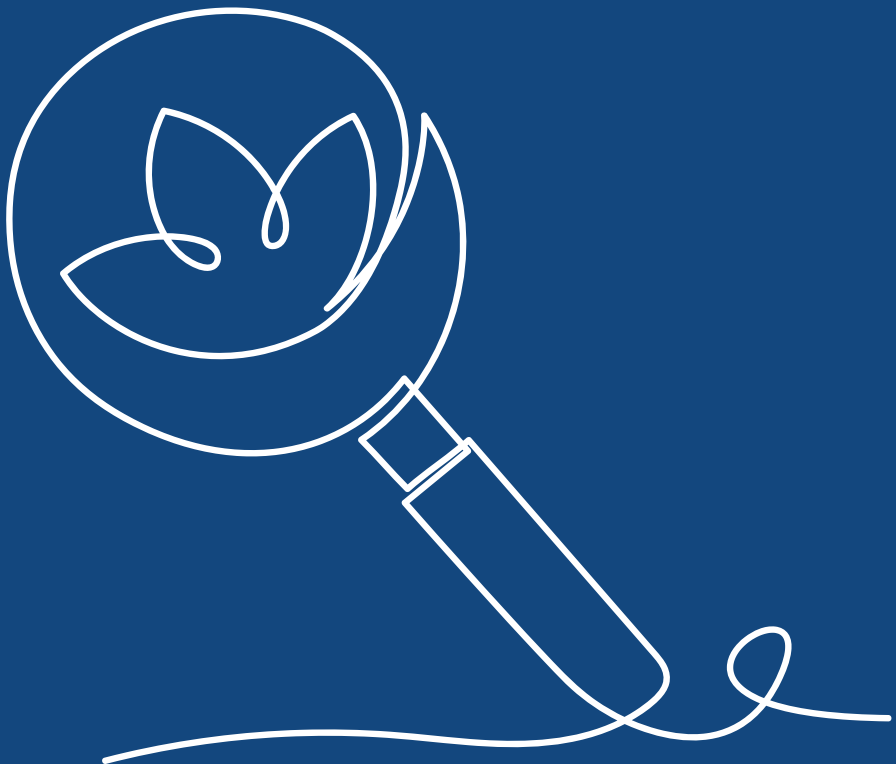
diferentes modalidades de avaliação, o Manual favorece demandas mais bem delimitadas e análises direcionadas ao respectivo objeto, com melhor aproveitamento dos recursos técnicos disponíveis.

Para as peritas e os peritos externos que atuam de forma subsidiária e complementar, esses referenciais também explicitam a finalidade e o escopo do assessoramento requerido pelo Poder Judiciário, sem prejuízo das normas éticas e técnicas próprias de cada profissão.

Assim, o Manual constitui referência institucional para magistradas, magistrados, unidades judiciárias, profissionais das Equipes Técnicas Multiprofissionais e peritas e peritos externos. Sua utilização busca promover maior coerência entre a solicitação judicial e a resposta técnica, preservar a autonomia profissional e, ao mesmo tempo, assegurar que o assessoramento se desenvolva de forma compatível com as diretrizes que orientam a atuação institucional do Tribunal.

Por fim, as orientações aqui reunidas devem acompanhar as transformações sociais, o desenvolvimento do conhecimento científico e a evolução dos marcos normativos, ético-profissionais e institucionais. O Manual, portanto, não esgota as possibilidades de análise, mas estabelece referências para uma atuação tecnicamente consistente, eficiente e adequada às finalidades do assessoramento prestado ao Poder Judiciário.

Referências



Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AGRELOS, C. S. T.; CARVALHO, C. C.; NOZU, W. C. S. Direito humano à inclusão escolar: da previsão à judicialização. In : NOZU, W. C. S.; PREUSSLER, G. S. (Org.). *Educação, Direitos Humanos e Inclusão*. Curitiba: Íthala, 2021. Disponível em: https://www.ithala.com.br/wp-content/uploads/2022/01/e-book-educacao-direitos-humanos-e-inclusao.pdf Acesso em: 04 jul. 2026.

AMARAL, Maria Gerlaine B.; SEVERO, José Leonardo R. de Lima; ARAÚJO, Talita Medeiros. (Orgs.) *Pedagogia Jurídica no Brasil:* questões teóricas e práticas de um campo em construção. Fortaleza: Ed. UECE, 2021.

BAPTISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o Sistema de Garantia de Direitos. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MAGISTRADOS, PROMOTORES DE JUSTIÇA E DEFENSORES PÚBLICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. *Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente: uma estratégia para proteção integral*. Recife: ABMP, 2010. p. 25-37.

BAPTISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 109, p. 179-199, jan./mar. 2012. DOI: 10.1590/S0101-66282012000100010.

BARBOSA, Luciana de Paula Gonçalves; CASTRO, Beatriz Chaves Ros de. *Alienação parental: um retrato dos processos e das famílias em situação de litígio*. Brasília: Liber Livro, 2013.

BARROS, Sheila Lopes de. *Direito à educação da pessoa com deficiência: ações judiciais em uma comarca do Estado de São Paulo (2015-2020)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2023.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDES, Cyntia A. de Araújo. *Pedagogia Jurídica:* contribuições do pedagogo em Varas de Infância e Juventude. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

BORGIANNI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 115, p. 407-442, jul./set. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 27 ago. 2010.

BRASIL. Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão "guarda compartilhada" e dispor sobre sua aplicação. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 17 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, nº 12.662, de 5 de junho de 2012, e nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 5 abr. 2017.

BRASIL. Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 11 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022. Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 119, de 4 de setembro de 2023. Aprova os parâmetros para a atuação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) na relação interinstitucional da rede socioassistencial com o Sistema de Justiça e outros Órgãos de Defesa e Garantia de Direitos. Brasília, DF: CNAS, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/participamaisbrasil/resolucao-cnas-n-119-de-04-de-setembro-de-2023. Acesso em: 30 jul. 2026.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (org.). *Funções executivas e desenvolvimento na primeira infância: habilidades necessárias para a autonomia*. São Paulo: Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, 2016. (Série Estudos do Núcleo Ciência Pela Infância, Estudo III). Disponível em: https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2024/08/Funcoes-executivas-e-desenvolvimento-na-primeira-infancia.pdf. Acesso em: 7 jun. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 18, de 19 de dezembro de 2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília, DF: CFP, 2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF. Acesso em: 7 jul. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 010, de 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Co%CC%81digo-de-%C3%89tica.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília, DF: CFP, 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 06, de 29 de março de 2019. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 7/2003 e a Resolução CFP nº 4/2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 31, de 15 de dezembro de 2022. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) e revoga a Resolução CFP nº 9/2018. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 dez. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética do/a Assistente Social: Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão*. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Assistente social no combate ao preconceito: racismo*. Brasília, DF: CFESS, 2016. (Série Assistente Social no Combate ao Preconceito, Caderno 3).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Nota técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia*. Brasília, DF: CFESS, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 1.054, de 14 de novembro de 2023. Estabelece normas vedando condutas de discriminação e/ou preconceito étnico-racial no exercício profissional do/a assistente social. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, n. 219, p. 159, 20 nov. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 299, de 5 de novembro de 2019. Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. *Diário da Justiça Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça,* Brasília, DF, n. 250, p. 4-7, 3 dez. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil); ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS. *Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero*. Brasília, DF: CNJ, 2021. 132 p. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-para-julgamento-com-perspectiva-de-genero-cnj-24-03-2022.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 470, de 31 de agosto de 2022. Institui a Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância. *Diário da Justiça Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça,* Brasília, DF, 1º set. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 492, de 17 de março de 2023. Estabelece diretrizes para adoção da perspectiva de gênero nos julgamentos do Poder Judiciário e torna obrigatório o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. Diário da Justiça Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, 20 mar. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 585, de 4 de outubro de 2024. Institui o Plano Nacional de Ações da Política Judiciária Nacional pela Primeira Infância e altera a Resolução CNJ nº 470/2022. *Diário da Justiça Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça,* Brasília, DF, 9 out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Recomendação nº 157, de 3 de outubro de 2024. Recomenda a adoção do Protocolo para a Escuta Especializada e Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes nas ações de família em que se discuta alienação parental no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. *Diário da Justiça Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça*, Brasília, DF, 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 598, de 22 de novembro de 2024. Estabelece as diretrizes para adoção de perspectiva racial nos julgamentos em todo o Poder Judiciário. *Diário da Justiça Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça,* Brasília, DF, 25 nov. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Protocolo para julgamento com perspectiva racial*. Brasília, DF: CNJ, 2024. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/11/protocolo-para-julgamento-com-perspectiva-racial-1.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 667, de 23 de dezembro de 2025. Dispõe sobre a atuação das Equipes Técnicas Multiprofissionais no âmbito dos tribunais de justiça e institui o Fórum Nacional das Equipes Técnicas Multiprofissionais do Poder Judiciário (Fonamulti), bem como altera as Resoluções CNJ nº 542/2023 e nº 231/2016. *Diário da Justiça Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça,* Brasília, DF, 26 dez. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil); CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 16, de 1º de junho de 2026. Dispõe sobre diretrizes para a atuação dos tribunais e do Ministério Público voltadas à efetividade da produção antecipada de prova, por meio do

depoimento especial, em casos de violência contra crianças e adolescentes, assegurada a oitiva única, a prevenção da revitimização e a prioridade de tramitação. *Diário da Justiça Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça*, Brasília, DF, 19 jun. 2026.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 691-703, set./dez. 2005. DOI: 10.1590/S0104-026X2005000300014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/R4rf3YG4z6ZMhTkLcVQQkPG/?lang=pt. Acesso em: 18 jun. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnbydKcV4YSn9q/. Acesso em: 17 jun. 2026.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, jan./abr. 2007. DOI: 10.1590/S0103-863X2007000100003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/paideia/a/L6LmD9GQrGQsnX7HYCVjYQj/. Acesso em: 9 jul. 2026.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. *SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sur/a/fPMZfn9hbJYM7SzN9bwzysb/?lang=pt. Acesso em: 18 jun. 2026.

FÁVERO, Eunice Teresinha. *Serviço Social, práticas judiciárias, poder*: implantação e implementação do Serviço Social no Juizado de Menores de São Paulo. São Paulo: Veras Editora, 1999.

FOGAÇA, Vitor Hugo Bueno; KLAZURA, Marcos Antonio. Pessoa com deficiência entre o modelo biomédico e o modelo biopsicossocial: concepções em disputa. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 21, p. 1-18, 2021. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/13408. Acesso em: 18 jun. 2026.

FRATA, Jéssica Iara de Sousa. *O protocolo para julgamento com perspectiva de gênero como resposta institucional à desigualdade de gênero*. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2024. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/107/107131/tde-10062024-143438/. Acesso em: 20 jun. 2026.

GALO, Ana Paula Villar; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. A pedagogia jurídica e os conflitos familiares: abordagens pedagógicas de litígios parentais envolvendo crianças e adolescentes. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 81, e90322, abr./jun. 2025. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/90322. Acesso em: 7 jun. 2026.

GALO, Ana Paula Villar; MELO, Simony Freitas de; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Pedagogia jurídica: perspectivas humanizadoras e emancipatórias no trabalho com infância e juventude judicializadas. *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, v. 26, p. 1-20, 2023.

GUARÁ, Isa Maria Ferreira Rosa. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 65-81, abr. 2009. Disponível em:

https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2222. Acesso em: 9 jul. 2026.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2024.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raças e racismos, junções e disjunções. *Tempo Social*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 39–59, 2024.

HENNINGTON, E. A. Acolhimento como prática interdisciplinar num programa de extensão universitária. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 256–265, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos*, para quê? 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Rosangela A.; SANTOS, Jonatas F. (Orgs.) *Psicologia e Serviço Social:* referências para um trabalho no Judiciário. Vol. 4 – Goiás. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020.

MAGALHÃES, Selma M. *Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres*. 4. ed. rev. São Paulo: Veras Editora, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Perícia social: proposta de um percurso operativo. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 67, p. 145–158, 2001.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo*. Nova York, 30 mar. 2007. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.

SEVERI, Fabiana Cristina (org.). *Reescrevendo decisões judiciais em perspectivas feministas: a experiência brasileira*. Ribeirão Preto: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2023.

SOUZA, Neusa S. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. Corregedoria-Geral da Justiça. Provimento nº 47, de 25 de janeiro de 2021. Dispõe sobre a atuação técnica das Equipes Interprofissionais Forenses do Poder Judiciário do Estado de Goiás e estabelece outras providências. Goiânia: Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, 2021.



Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Divisão Interprofissional Forense e CEJAI
Avenida Assis Chateaubriand nº 195, Sala 42, Setor Oeste, Goiânia/GO.
Palácio Desembargador Clenon de Barros Loyola.
Fone e Whatsapp: (62) 3236-5407 / E-mail: sif.cgj@tjgo.jus.br